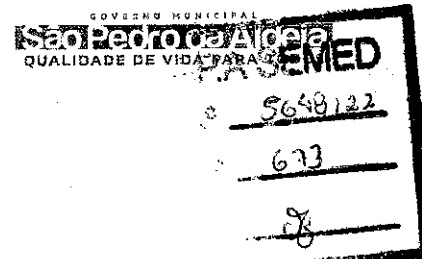




ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1 Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para preparo da merenda escolar das Creches Municipais, Escolas Municipais, Escola Municipal Quilombola Dona Rosa Geralda da Silveira, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A Rede Municipal de Educação é composta por 42 Unidades, distribuídas em várias regiões do Município de São Pedro da Aldeia onde são atendidos aproximadamente 13.000 alunos. Considerando que a merenda oferecida nas referidas escolas é uma das principais refeições dos alunos, sendo fonte de nutrientes essenciais ao desenvolvimento físico e intelectual.
- 2.2 Os gêneros serão utilizados no preparo da Merenda Escolar para fornecer alimentação, conforme preconiza a Lei nº 11.947/09 do PNAE, em:
- 2.2.1 Tempo integral, de forma a atender 70% das necessidades nutricionais das crianças matriculadas nas unidades das creches municipais;
  - 2.2.2 Tempo parcial de forma a atender 70% das necessidades nutricionais das crianças matriculadas na unidade Escolar Quilombola; e
  - 2.2.3 Tempo parcial, de forma a atender 30% das necessidades nutricionais das crianças matriculadas nas Escolas municipais.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

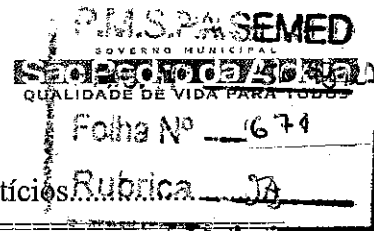
- 3.1 A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTOS

- 4.1 O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, contados da Ordem de Início de Fornecimento, em remessa parcelada, nos endereços de cada Unidade Educacional, conforme as memórias de cálculo, obedecendo às ordens de fornecimento da Secretaria Municipal de Educação, entre 8h às 16h, com exceção da unidade: E. Mz. Elízio da Costa Moreira, que deverá ser entre 8h às 11h.
- 4.2 Os endereços das escolas encontram-se no Anexo I, contudo, ao longo do período de vigência da Ata podem sofrer alterações, devendo a entrega passar a ser realizada no novo endereço fornecido pela Secretaria de Educação de São Pedro da Aldeia.
- 4.3 Os fornecedores deverão respeitar as quantidades, descrições, qualidade e marca dos gêneros alimentícios licitados. No momento da entrega os produtos deverão conter na embalagem, data de vencimento de no mínimo, **02 (dois) meses** para alimentos não perecíveis e de no mínimo **15 (quinze) dias** para alimentos perecíveis.
- 4.4 O fornecedor será responsável pela entrega em transporte higienizado e em temperatura adequada ao produto, conforme determina a legislação em vigor (RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004).
- 4.5 Toda entrega deverá ser realizada acompanhada do Documento Auxiliar da NF-e (DANFE) e na presença do responsável da unidade educacional. Necessidade de observância ao estabelecido no art. 4º XIII da Resolução SEMED nº 4/2019 que alterou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



(Continuação do Termo de Referência para aquisição de gêneros alimentícios)

a Resolução SEMED nº 1/2019, no que diz respeito aos recebidos das entregas nas escolas serem formalizados através de atesto pelas Diretorias das Unidades em Nota de Simples Remessa a ser emitida pela empresa contratada, e posterior emissão da competente Nota Fiscal consolidando todas as entregas, esta atestada pelos fiscais do contrato.

**5. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO**

- 5.1 Os produtos serão entregues nas unidades educacionais e ficarão armazenados nas despensas das mesmas.

**6. TÉCNICAS QUANTITATIVAS**

- 6.1 Os quantitativos pretendidos no referido processo foram apurados calculando os dias de atividades até o final do Ano letivo de 2022 com a quantidade demandada diariamente para cada Unidade Escolar.

**7. RECEBIMENTO DOS BENS**

- 7.1 Os bens serão recebidos:

7.1.1 Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta.

7.1.2 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta.

7.1.3 A Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou matrícula do servidor responsável pelo recebimento, emitido pela Secretaria Municipal Contratante.

7.1.4 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste termo de referência e na proposta, ou quando forem de qualidade ou marcas diferentes dos itens aprovados na licitação.

**8. DAS AMOSTRAS**

- 8.1 As amostras serão retiradas da primeira entrega da Contratada, em uma escolha aleatória entre as unidades escolares, para a verificação da compatibilidade com as especificações deste termo de referência e da proposta.

- 8.2 As amostras serão analisadas pela equipe de nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação, sujeitando os produtos a teste de cocção, quando necessário.

- 8.3 Será desclassificada a proposta do licitante em relação ao produto que tiver a amostra rejeitada. À Contratada será dado um prazo de 5 (cinco) dias para adequação do produto às especificações contidas neste termo de referência e na proposta, aplicando-se, no entanto, as sanções previstas neste termo de referência.

- 8.4 Caso a Contratada opte por não adequar o produto às especificações contidas neste termo de referência e na proposta, ou não o faça no prazo determinado, será convocado o segundo colocado para o fornecimento do produto licitado.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1 São obrigações da Contratante:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



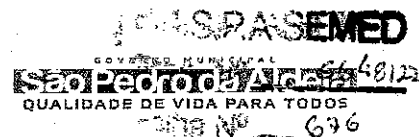
675

(Continuação do Termo de Referência para aquisição de gêneros alimentícios.....)

- 9.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- 9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e Propostas, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, ou irregularidades verificadas no objeto fornecido como, por exemplo, peso, qualidade e marcas diferentes da ofertada na proposta, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 9.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto.
- 9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 10.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.1.1 Comparecer a reunião inaugural do contrato, obrigatoriamente presencial, no dia e horário acertado com a Contratante, para esclarecimento dos processos de entrega das mercadorias nas Unidades Escolares e posterior envio da nota de cobrança a Secretaria Municipal de Educação. O não comparecimento na reunião tem caráter eliminatório, habilitando a empresa classificada subsequentemente para o fornecimento do (s) item (ns) licitado (s).
- 10.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 10.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.1.4 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Secretaria Municipal de Educação, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, o produto com avarias ou defeitos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



(Continuação do Termo de Referência para aquisição de gêneros alimentícios.....) *ca* *JB*

- 10.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 10.1.8 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 10.1.9 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 10.1.10 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 10.1.11 A CONTRATANTE deverá fazer a retenção do Imposto de Renda (IRRF) no ato da liquidação da nota fiscal;

## 11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 13. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 13.1 A CONTRATANTE promoverá antes da assinatura do contrato uma reunião inaugural, obrigatoriamente presencial, com o representante da empresa e fiscais do contrato.
- 13.2 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos alimentos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 13.3 A responsabilidade pelo recebimento, verificação da quantidade, qualidade, marca do produto conforme proposta ofertada pela Contratada, aspecto e cheiro característico de alimento em bom estado para utilização e validade conforme subitem 4.2 deste Termo de Referência nas Unidades Escolares ficará a cargo da Direção podendo ser representado por outro funcionário devidamente designado.
- 13.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

19 Nº 677

(Continuação do Termo de Referência para aquisição de gêneros alimentícios.....)

- 13.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome e matrícula dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### 14. DA REGULARIDADE

- 14.1 Certificado de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal relativo a cada pagamento realizado.
- 14.2 Certificado de Regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos Encargos Sociais instituídos por lei, relativos a cada pagamento realizado.
- 14.3 Certificado de Regularidade Trabalhista, a cada pagamento efetuado.
- 14.4 Comprovação da Retenção do Imposto de Renda – IR, na Fonte, da contribuição para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, por pagamento realizado.

#### 15. DA CONTRATAÇÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 15.1 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à Secretaria gestora do contrato, a respectiva nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Contratante, em 03 vias, acompanhada da Ordem de Fornecimento.
- 15.2 O prazo de pagamento, não será superior a 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, e será feito mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada por dois servidores, sendo um deles necessariamente o fiscal do contrato.
- 15.3 As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo começará voltará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal, sem incorreções.
- 15.4 O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco correspondente.
- 15.5 Para efetivação do pagamento a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos, devidamente atualizados:
- Certidão Negativa de Débito Estadual e Municipal;
  - Comprovante de Regularidade Fiscal (FGTS);
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011;
  - Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
  - Comprovante de Recolhimento dos Impostos Incidentes sobre a execução do objeto. (ISS, PIS, COFINS, FGTS, Simples Nacional, IR e Contribuição Social, sendo estes dois últimos trimestralmente);
  - GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço Informações à Previdência Social);

*[Handwritten signatures]*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



(Continuação do Termo de Referência para aquisição de gêneros alimentícios.....)

**16. DO CRITÉRIO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA, A PENALIZAÇÃO POR EVENTUAL ATRASO E OS DESCONTOS PELA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO**

- 16.1** O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, e desde que este atraso decorra de falha da Administração, o valor devido será acrescido de 0,1 % (um décimo por cento) a título de multa, além da incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia, da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal Contratante e a data do efetivo pagamento.
- 16.2** O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal Contratante.

**17. DO REAJUSTE E REVISÃO**

- 17.1** A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 8.666/93, assegurando-se à contratada o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 17.2** O critério de reajuste obedecerá ao índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro oficial do governo, desde a data prevista para apresentação da proposta com periodicidade anual.
- 17.3** Durante a validade da Ata de Registro de Preços, quando for o caso, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas aplicáveis a cada caso.
- 17.4** É vedado a Contratada interromper o fornecimento, sendo a referida obrigada a continuar a prestação enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, que não poderá perdurar mais de 45 (quarenta e cinco) dias, estando sujeita às penalidades previstas neste termo de referência.

**18. DA RESCISÃO**

- 18.1** O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da lei Federal nº 8.666/93.
- 18.2** Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 80, incisos I a IV, parágrafo 1º a 4º, do mesmo instrumento legal.

**19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 19.1** Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:
- 19.1.1** Advertência;
- 19.1.2** Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;
- 19.1.3** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



(Continuação do Termo de Referência para aquisição de gêneros alimentícios.....) 38

- 19.1.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 19.2** A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens 10.1.1, 10.1.3 e 10.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item 10.1.2, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 19.3** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.4** A penalidade por multa será:
- 19.4.1** De 20% (vinte por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- 19.4.2** De 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- 19.4.3** De 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.
- 19.5** O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.
- 19.6** O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

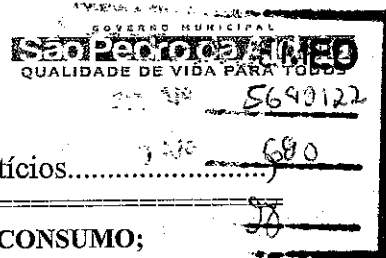
## 20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 20.1** Nos termos dos artigos 14 e 38 da Lei Federal nº. 8.666/93 está comprovada a existência dos recursos orçamentários para fazer face a despesa, bem como a indicação da fonte de recursos que será utilizada para o pagamento das despesas decorrentes da contratação. Os recursos financeiros a serem destinados para a despesa estão assegurados nas seguintes dotações orçamentárias, conforme previstos na Lei Municipal nº. 1.624 de 22 de novembro de 2017, como segue:

12.361.060.2.068 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 134 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.361.060.2.068 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 3 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.361.060.2.068 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 300 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.367.060.2.070 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 134 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.367.060.2.070 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 3 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.367.060.2.070 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 300 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.361.060.2.071 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 134 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



(Continuação do Termo de Referência para aquisição de gêneros alimentícios.....)

- 12.361.060.2.071 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 3 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.361.060.2.071 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 300 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.365.060.2.077 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 134 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.365.060.2.077 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 3 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.365.060.2.077 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 300 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.365.060.2.078 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 134 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.365.060.2.078 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 3 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.365.060.2.078 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 300 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.366.060.2.080 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 134 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.366.060.2.080 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 3 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;  
12.366.060.2.080 - 3.3.90.30.99.00 – Fonte 300 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;

**21. CONTROLE DE ELABORAÇÃO E REVISÃO**

Setor Solicitante	Matrícula	Rubrica
Rafael Jayanda de Araujo	38794	
Elaborador	Matrícula	Rubrica
Stéphane Aguiar	38205	
Revisor Orçamentário	Matrícula	Rubrica
Janidones	38408	
Revisão Final	Matrícula	Rubrica
Enrika Cruz	40862	

**22. DA SOLICITAÇÃO E APROVAÇÃO**

- 22.1** Aprovo o presente Termo de Referência e a contratação do serviço requisitado, por constituir o seu objeto uma demanda da Secretaria Municipal de Educação e dada a legalidade do processo, conforme legislação vigente, bem como por ter cumprido os princípios da Administração Pública.
- 22.2** De acordo com o disposto no art. 3º, inciso I da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, **APROVO** o presente Termo de Referência, considerando necessária a contratação do objeto em lide, com vista às justificativas apresentadas e em conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Termo.

São Pedro da Aldeia, em 29 de Julho de 2022.

**SHEILA DE MORAES SANTOS ATALLA**  
Secretária Municipal de Educação





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



(Continuação do Termo de Referência para aquisição de gêneros alimentícios.....) 681

ANEXO I ENDEREÇO DAS ESCOLAS

Nº	ESCOLA	LOCALIZAÇÃO
1	Creche M. Comunitária Dona Chica	Rua Juscelino Kubstheck - Soledade
2	Creche M. Comunitária Tia Fátima	Rua Eugênio de Moraes - Campo Redondo
3	Creche Municipal Tia Márcia	Rua Carlos Costa - Poço Fundo
4	E.Mz Adalgiza da Silva Lobo	Estrada Morro dos Milagres, 1614 - Morro dos Milagres
5	E.M Antônio Rodrigues dos Santos	Rua Silvino Pereira Damasceno - s/nº - Porto do Carro
6	E. M Antonio Vaz da Silva	Rua Honório Sampaio - Recanto do Sol
7	E.M Aurelino Martins dos Santos	Travessa Horizonte - Colina
8	E.M Barnabé Mariano de Souza	Estrada da Sergeira - Cruz
9	E.Mz Capitão Costa	Estrada da Cruz - Cruz
10	E.M Carlota Rocha da Silva	Rua Odílio Joaquim Antunes - Ponta do Ambrósio
11	E.M Profª Carolina Nazareth Teixeira Pinheiro	Rua Santa Amélia - Estação
12	E.M Dr Plínio de Assis Tavares	Estrada Do Retiro - Pau Ferro
13	E. M Dulce Jotta de Souza	Rua Euclides da Cunha - São João
14	E. M Profª Dulcinda Jotta Mendes	Rua Carlinda Araújo - São João
15	E. M. de Ed. Especial Pedro Paulo Lobo Andrade (EMESPP)	Rua Getúlio Vargas, 550 - Centro
16	E. M. de Ed. Infantil Gracinéia Rodrigues de Souza	Estrada - Praia Linda
17	E.Mz Elízio da Costa Moreira	Estrada Do Pau Rachado - Pau Rachado (Três vendas)
18	E. M Elízio Henrique de Paiva	Estrada da Flexeira - Flexeira
19	E. M. Elizio Ignácio Rangel	Estrada da Baleia - Baleia
20	E.M Flonete Alexandrino da Silva	Estrada do Boqueirão - Poço Fundo
21	E.M Francisco Paes de Carvalho Filho	Rua Apolinário R. Soares - Boqueirão
22	E.M Jamila Motta da Silva	Rua Elizio Miranda, nº 56 - Bairro São João
23	E. M. Jardim Primavera	Rua Corretor José Zaponi - Jardim Primavera
24	E.Mz José Guimarães	Rua Henrique P. Monteiro - Porto da Aldeia
25	E. M José Teixeira Paulo	Rua Francisco Orlando - Balneário
26	E.Mz Lucinda Franciscone de Medeiros	Estrada do Alecrim, 51 - Porto do Carro
27	E.M Luíza Terra de Andrade	Estrada da Pedreira - Campo Redondo
28	E.Mz Manoel Martins Teixeira	Estrada Velha Sapeatiba - Sapeatiba
29	E.Mz Manoel Moraes da Silva	Estrada dos Passageiros - Campo Redondo
30	E.M Profª Maria Celeste de Campos	Avenida Maracanã - Baixo Grande
31	E. M Profª Maria da Glória dos Santos Motta	Rua Santa Catarina - Praia Linda
32	E.M. Profª Miriam Alves de Macedo Guimarães	Rodovia Rj 140 km 21 - Bairro Fluminense
33	E.Mz Paineira	Rua Leci Pereira de Souza - s/nº - Balneário
34	E.Mz Paulo Roberto Marinho	Rodovia Amaral Peixoto, km115 - São Matheus
35	E.Mz Pequía	Rua Fausto Ferreira - Rua do Fogo
36	E.M. Quilombola Dona Rosa Geralda da Silveira	Estrada da Caveira - Botafogo
37	E.Mz Retiro	Estrada do Retiro, 199 - Retiro
38	E.M Rubem Arruda Câmara	Rua das Violetas - Soledade - Morro dos Milagres
39	E.M São Francisco de Assis	Avenida Brasil - Parque Arruda
40	E.M Vidal de Negreiros	Rua Quaresma, 30 - Alecrim
41	E. M Vinhateiro	Estrada dos Passageiros - Vinhateiro
42	E. Mz. Vital Brasil	Rua Antônio Araujo Mendonça, nº 704 - Ponta do Ambrósio